

SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA EVOCATIVA DO 25 DE ABRIL

Mercado Municipal, 24 de Abril de 2011, 21 horas

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça

Mário Fernando Pereira

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça

Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Alpiarça

Sr. Pároco de Alpiarça

Sr^{as}. e Srs. convidados

Caros conterrâneos

Evocamos hoje aqui nesta sessão solene o 37º aniversário da Revolução de Abril, da noite/madrugada que trouxe a liberdade e fundou o novo regime democrático em Portugal.

Evocar Abril exige a elementar justiça – sempre muito para além das palavras possíveis – de começar por saudar os “Capitães de Abril”, todos os militares que, com grande coragem e audácia, deram corpo ao Movimento das Forças Armadas e colocaram as suas carreiras e vidas em risco na preparação da acção militar libertadora de 25 de Abril de 1974. Foi essa acção, corajosa e determinada dos militares de Abril, conjugada com o imediato apoio popular, que permitiu iniciar um processo revolucionário marcado por grande entusiasmo e participação do povo português.

Mas evocar o 25 de Abril obriga a lembrar os tempos que o antecederam – a ditadura fascista de Salazar e Caetano; lembrar a natureza de uma execrável ditadura que viveu da opressão e condenou o país ao atraso e ao subdesenvolvimento, à miséria, à emigração e à guerra – uma guerra colonial, injusta, que sacrificou a juventude portuguesa e os povos africanos.

É de toda a justiça destacar os portugueses que lutaram para o derrubamento dessa ditadura, que lutaram pela sua dignidade enquanto trabalhadores, enquanto patriotas, enquanto pessoas. Esta é – e será sempre – a data mais apropriada para homenagear todos os portugueses que resistiram ao fascismo, de diversas formas e por razões por vezes também diversas, mas que tiveram na conquista da liberdade e da democracia o objectivo mais radioso das suas vidas. Foram eles que conquistaram o direito de estarmos aqui hoje na festa da liberdade.

De entre esses, é com toda a justeza que se devem destacar as mulheres e homens de Alpiarça. O nome da nossa terra foi elevado pelo exemplo da intensa actividade de centenas de alpiarcenses durante o longo período fascista que, com a sua acção organizada e consequente, alimentaram a chama da resistência e a esperança num mundo melhor. Foram perseguidos e prejudicados nas suas vidas; muitos foram presos, torturados; outros obrigados a sair da sua terra para o estrangeiro ou a viverem duras condições de clandestinidade. Outros, ainda, foram mortos pelas forças de repressão de um regime repressivo.

Como referiu Álvaro Cunhal, *“Alpiarça é um nome que brilha na história da luta do povo português contra o fascismo (...), como o de uma das fortalezas da*

luta popular, erguidas, invencíveis e confiantes, no Portugal abafado, oprimido e espezinhado pela odiada ditadura fascista”.

Hoje, aqui nesta Assembleia, daremos mais uma simbólica contribuição para a homenagem de que são merecedores os anti-fascistas alpiarcenses, através da atribuição da Medalha Municipal da Liberdade a um conjunto de mulheres que se destacaram neste longo processo de resistência e luta contra a opressão.

Evocar o 25 de Abril exige que se fale da Revolução – do processo revolucionário – que tornou a inicial operação militar num processo transformador do País, incompleto e inacabado, mas notável, a muitos níveis: a conquista de direitos, liberdades e garantias para todos os cidadãos e a afirmação dos princípios da democracia económica e social; a democratização no acesso à educação, à cultura, à saúde; a reforma agrária nos campos do sul, sob a divisa “a terra a quem a trabalha”; o reconhecimento da liberdade dos povos colonizados; a afirmação da soberania nacional pela amizade e cooperação com os povos do mundo.

Evocar o 25 de Abril nesta sessão solene da AM exige que se relembre o importante papel de uma das suas conquistas – o poder local democrático – no processo de progresso social e de desenvolvimento do país e do nosso concelho. Um poder local que, no seu exercício regular, impõe a discussão pública de todos os assuntos e a necessária prestação de contas dos eleitos perante quem os elegeu. É por isso que este é também o espaço para vos dar nota de um tema da actualidade autárquica de grande relevo: o Plano de Saneamento financeiro aprovado nesta AM obteve o visto de aprovação pelo Tribunal de Contas.

Em confronto com a grave situação objectiva de desequilíbrio estrutural das contas verificada em Outubro de 2009, insustentável a todos os níveis, a opção tomada pela apresentação de um plano de saneamento financeiro ao abrigo da LFL é incontornável. De bom grado dispensaríamos todo este processo se outra tivesse sido a situação encontrada: se as contas estivessem controladas; se a actividade do Município se sustentasse em bases minimamente sólidas; se a Câmara não tivesse uma dívida global que está próxima do dobro da sua receita anual; se não estivesse em incumprimento por ter ultrapassado os limites legais de endividamento desde 2008; se a CMA fosse uma entidade credível junto de terceiros que lhe forneceram materiais, equipamentos e serviços.

Mas perante a realidade, recuperar financeiramente a autarquia torna-se uma prioridade absoluta. É necessário criar as condições para continuar a investir no futuro dos alpiarcenses. E por isso é que esta aprovação pelo Tribunal de Contas é uma boa notícia:

- permitirá o reequilíbrio financeiro da autarquia e uma consequente definição do investimento no futuro do concelho em bases de maior estabilidade;
- permite pagar a totalidade da dívida a curto-prazo, referente a centenas de credores, contribuindo objectivamente para resolver problemas de empresas

que forneceram bens e serviços, entre as quais muitas empresas de Alpiarça e da região;

- irá poupar milhares de euros em juros, nomeadamente em juros de mora a pagar por incumprimento de prazos de pagamento a credores, assim como evitará eventuais processos de penhora de bens municipais;
- permitirá saldar as dívidas a várias entidades intermunicipais, nas quais participamos e auferimos das vantagens dessa participação, mas cujo esforço de manutenção do funcionamento e dos respectivos serviços é assegurado pelos outros municípios associados;
- devolverá ao Município de Alpiarça a credibilidade junto das entidades com as quais se relaciona, recuperando a sua confiança.

A aprovação pelo Tribunal de Contas do plano de saneamento vem confirmar que a opção do actual executivo municipal por este caminho para a necessária recuperação financeira do Município sempre foi a correcta e a única viável; desmente todos os que diziam existir alternativas (sem o fundamentarem e sem nunca se atreverem a dizer quais!) e que afirmaram que este Plano nunca seria aprovado.

Ao longo do ano de 2010, apesar das dificuldades e da incerteza pela ausência do visto, toda a gestão da Câmara foi já direccionada para o cumprimento dos objectivos expressos no Plano, tendo sido atingida uma redução global de 18,36% nas despesas correntes.

Os constrangimentos conhecidos foram agravados pelos sucessivos cortes efectuados nas receitas devidas ao Município pela sua participação nos impostos do Estado, por imposição do Governo, através dos PECs e dos Orçamentos de Estado para 2010 e 2011. Apesar destes cortes, foi conseguido um grau elevado de execução das obras decorrentes de financiamento comunitário: a quarta execução mais alta em onze municípios da CIMLT, ultrapassando mesmo os valores previstos da contratualização para o período, com as importantes obras de reabilitação da Casa dos Patudos e de construção do novo Centro Escolar. Foram ainda concluídas as obras de requalificação da Largo Vasco da Gama/Praça Velha e de toda a área frontal à Zona Industrial; foram recuperadas várias estradas municipais e caminhos rurais danificados pelas intempéries de finais de 2009 e o espaço do Parque do Carril. Contando com o empenhamento dos serviços municipais e dos seus trabalhadores, realizaram-se variadas intervenções de limpeza, pintura, conservação e remodelação de espaços públicos (edifícios escolares, muros, piscinas municipais, bombeiros, estádio, edifícios no Largo da Feira, barragem e reserva dos Patudos, parque de campismo, entre outras), e realizadas intervenções pontuais em edifícios particulares no âmbito das competências na área da acção social. Com o movimento associativo – cultural, social e desportivo – e com a comunidade educativa incrementou-se a colaboração e o apoio, aprofundando o diálogo e o espírito de parceria na realização de iniciativas em comum, que se traduziram, ao longo do ano, na efectiva dinamização da comunidade.

Caros alpiarçenses,

Esta gestão municipal está consciente da responsabilidade que sobre si recai neste processo de recuperação financeira do Município, no quadro de um contexto económico e social muito difícil para os portugueses. O Plano de Saneamento financeiro aprovado não resolve todos os problemas estruturais. A sua aplicação ao longo dos próximos anos terá de contar com a compreensão e com o envolvimento da comunidade, num processo que deverá ser conduzido com todo o rigor e seriedade por pessoas que tenham como objectivo fundamental a salvaguarda das condições para o desenvolvimento de Alpiarça.

Estamos a recuperar financeiramente o Município para podermos investir em projectos para o futuro do nosso concelho. Projectos que terão de ser sustentados na realidade, sustentados na real capacidade que tivermos de os realizar enquanto comunidade e à medida de uma correcta avaliação da sua necessidade social.

Evocar o 25 de Abril exigirá sempre, para além da perspectiva histórica, uma atitude cívica e política de acompanhamento crítico do presente, uma atitude de avaliação da actual situação do nosso país, do regime democrático a que a Revolução deu vida. Neste momento tão marcado por um profundo cinismo, os que conduziram a país à situação em que encontra são os mesmos que se apresentam aos portugueses exigindo os maiores sacrifícios. Procurando escamotear as suas responsabilidades na crise e ignorando alternativas possíveis para dela sair, irão colocar como inevitabilidade medidas extremamente gravosas, como a facilitação dos despedimentos, os cortes nos salários, pensões e prestações sociais, cortes nas transferências para autarquias locais, as privatizações, o encerramento de serviços públicos de proximidade às populações, entre outras. Estão já aí a tentar convencer os portugueses de que será bom para o “interesse nacional” que possam abdicar de importantes direitos conquistados pela Revolução que estamos hoje a comemorar e que a Constituição garante serem irreversíveis.

Quem o faz está a trair os ideais e valores de Abril.

Defender Abril e a democracia implica estar com a população e com as suas aspirações, defendendo os direitos conquistados e consagrados na Constituição, nomeadamente naqueles que cabe ao Estado assegurar. Cumprindo Abril e a Constituição, a CMA continuará ao lado da sua população na defesa do direito à saúde, exigindo dos competentes organismos do poder central mais meios humanos e melhores condições de acesso à saúde no concelho a todos os alpiarçenses. Cumprindo Abril, a CMA continuará a reivindicar o direito à segurança da população e ao indispensável reforço de efectivos das forças de segurança que garantam esse direito. Cumprindo Abril, cumprindo o interesse geral dos nossos munícipes, a CMA irá empenhar-se na defesa da presença no nosso concelho dos serviços públicos da segurança social, das finanças e dos correios, contra qualquer tentativa por parte do poder central em justificar a retirada destes serviços nos concelhos de menor dimensão por imposição de FMIs ou BCEs.

Caros concidadãos,

Para além dos elementos que se tornam obrigatórios ao rememorar esta data, pela sua própria natureza libertadora e patriótica, o 25 de Abril é forçosamente um momento de resistência ao caminho de subserviência e submissão por onde os grandes interesses querem conduzir o país. Um caminho que não irá resolver os graves problemas existentes, mas que, pelo contrário, se os portugueses não o evitarem, irá agravar as condições de vida, as desigualdades e assimetrias e aumentar a dependência externa.

O 25 de Abril é o momento de alertar consciências, de identificar responsabilidades, de dizer que há alternativas e que essas alternativas passam pelo reforço das conquistas de Abril e pelo aprofundamento da democracia. Este é o verdadeiro interesse nacional.

Viva o 25 de Abril!